
**VESTÍGIOS DE PROCESSOS AVALIATIVOS E
PREPARATÓRIOS QUE OCORRIAM ANTES
DOS EXAMES FINAIS (1901-1930)**

Waléria Adriana Gonzalez Cecílio¹

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise inicial sobre a avaliação na escola primária, as práticas realizadas por professores e sua relação com o contexto dos exames finais. Desenvolvido sob a perspectiva da História Cultural, o estudo é norteado pelas seguintes questões: Como os professores preparavam a turma para os exames? Como era realizado o acompanhamento da avaliação da aprendizagem durante o ano letivo? Quem selecionava e como era realizada a seleção dos alunos para os exames parciais e finais? A legislação prevista era a legislação praticada? As fontes de pesquisa foram compostas por meio do Repositório do Projeto Nacional sobre a Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos da Escola Primária Brasileira. Como resultado da análise, constatou-se que os processos avaliativos e preparatórios que ocorriam antes dos exames finais, nos entremeios das décadas 1901 e 1930, foram marcados por diversas práticas que visavam aferir a aprendizagem do aluno durante o ano letivo, sendo algumas delas prescritas pela legislação vigente e outras fomentadas por práticas adotadas por professores de prestígio que escreviam artigos para revistas e por autores que publicavam livros didáticos, visando orientar o trabalho pedagógico do professor, os quais eram prescritos pela Instrução Pública do Paraná.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Exames finais. Escola primária.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo trata de resultados parciais de uma pesquisa de doutorado sobre Avaliação na Escola Primária no Estado do Paraná. Desenvolvido sob a perspectiva da História Cultural, o texto se apoia nos estudos de Julia (2001), Chervel (1990), Pinto (2012), Souza (2008), Valente (2012), Fernandes e Freitas (2007) e privilegia como fonte de pesquisa a revista *A Escola* e livros didáticos, assim como programas de ensino, regimento interno, mensagens, regulamentos e relatórios da Instrução Pública para o Ensino Primário no Estado do Paraná nos entremeios das décadas de 1901 e 1930, disponíveis no Repositório do Projeto Nacional sobre a Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos da Escola Primária Brasileira.

¹ **Doutoranda** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. E-mail: waleria.cecilio@pucpr.br.

Nos limites do período em questão, a pesquisa se propõe a responder às seguintes questões: Quais práticas avaliativas antecediam os exames finais? Como os professores preparavam a turma para os exames? Quem selecionava e como era realizada a seleção dos alunos para os exames parciais e finais? Para tanto, o texto foi dividido em três categorias de análise: (1) o contexto político e social e a inspeção do ensino; (2) os dispositivos legais; e (3) as práticas avaliativas e preparatórias que antecediam aos exames.

O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL E A INSPEÇÃO DO ENSINO

Segundo Rosa Fátima de Souza, em *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX*, a profunda transformação do ensino primário que ocorreu nos finais do século XIX e início do século XX, no Brasil, acompanhou o movimento internacional, acarretando um profundo enriquecimento da cultura escolar:

Formulações doutrinárias e prescrições metodológicas foram constituindo uma rede de saberes sobre cada uma das matérias e uma pedagogia normativa alimentou os cursos de formação de professores, inspirou a produção de textos e fomentou um mercado editorial de livros e periódicos educacionais especializados.

(SOUZA, 2008, p. 21)

Atrelado a esse fato, França e Villela (2014) destacam que:

[...] na virada do século XIX para o XX, ocorriam conflitos políticos no país, imigrantes estrangeiros chegavam e havia necessidade de se melhorar o nível de competência dos trabalhadores que estavam ingressando nas indústrias e em outras formas de trabalho.

(FRANÇA; VILLELA, 2014, p. 134)

Pelo exposto, talvez caiba a pergunta: Neste contexto, político e social, por que discutir os processos avaliativos e preparatórios que ocorriam antes dos exames finais?

Nas três primeiras décadas do século XX, o Brasil contava com orçamentos muito aquém das suas necessidades, e tal fato exigia urgentes providências. Dentre os vários fatores que possibilitariam o progresso estava a instrução pública primária.

Por meio da metáfora de que, “Para colher é preciso semear”, e sabendo-se que a produção depende da capacidade do produtor e que o ignorante pouco ou quase nada produz,

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

3

ficava evidente a urgente necessidade de investimentos em educação, e para isso a escola pública primária e gratuita mostrava-se como o caminho certo a investir.

Cesar Prieto Martinez, inspetor geral de ensino, no relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado, escreve que nenhuma empresa progride sem fiscalização e que quem a dirige tem que conhecer, como a palma de sua mão, os homens e as coisas que se concretizam diariamente, o que entra e sai, o que dá lucro e o que dá prejuízo, tudo o que diz respeito à integridade e ao progresso do estabelecimento. Nesse contexto, o relatório ressalta que a inspeção de ensino tem que ser forçosamente o *pivot*, em torno do qual o aparelho escolar se moverá, a fim de concentrar suas energias (PARANÁ, 1920).

Acompanhando o pensamento de Martinez e focando o fato de que a palavra inspeção do ensino, no período estudado, nos remete às práticas de fiscalização e exames, queremos desvendar vestígios de processos avaliativos e preparatórios que ocorriam antes dos exames, pois, na história da escola primária paranaense, a prática dos exames finais ocupou e ainda ocupa um lugar importante na cultura escolar. Pode-se dizer que estamos nos referindo a um espaço curricular repleto de representações de professores e alunos.

Corroborando as considerações acima, Valente (2012, p. 12), no artigo “Apontamentos para uma história da avaliação escolar em matemática”, sintetiza que a avaliação escolar é um dos elementos de maior relevância entre os ingredientes constituintes do que chamamos de cultura escolar.

OS DISPOSITIVOS LEGAIS

No alvorecer de 1900, o ensino primário em Curitiba encontrava-se em plena transformação, isto é, inspirado nos Grupos Escolares de São Paulo, buscava a transformação do ambiente escolar, com a criação, no ano 1902, e a instalação, em 1903, do Primeiro Grupo Escolar “Xavier da Silva”, considerado símbolo da escola primária de excelência.

O Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1901 reiterava, por meio do artigo 56º, que em toda escola pública do estado, durante o mês de novembro de cada ano, haveria exames parciais e finais, ambos presididos pelos inspetores escolares. Aos inspetores escolares, símbolo do controle e da fiscalização, incumbia, além de outras atribuições, presidir os exames anuais das escolas públicas do seu distrito, dando ciência de tudo ao diretor geral por meio do relatório.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

4

Os inspetores convidavam, com antecedência, duas pessoas idôneas para participarem da comissão examinadora, sendo que ao professor era designada a tarefa de elaboração do exame geral das matérias lecionadas e o registro de todo o ocorrido, no livro competente.

Reunidas as comissões nas escolas, em dias e horários marcados, iniciavam-se os exames finais, pela ordem seguinte: Antes da prova oral, os professores aplicavam aos alunos um exame geral das matérias lecionadas em sua escola, cabendo depois aos examinadores particularizar mais os exames a respeito daquelas matérias e exigir a prova escrita. Os exames versavam sobre a totalidade das matérias do programa do curso primário, segundo o grau a que pertencia a escola. [...] deverá fazer parte da comissão examinadora uma professora de trabalhos de agulha e prendas domésticas, para meninas, sempre que se tratar de uma escola para o sexo feminino ou promíscua. [...] concluídas as provas, o professor deverá lavrar, no livro competente, um termo relatando o ocorrido. Nesse termo, deverão constar quais os alunos que “mostraram adiantamento nos exames de classe” e quais os que foram “aprovados em todas as matérias” do grau a que pertence a escola.

(CECÍLIO, 2015, p. 10)

O Regulamento de 1901, no capítulo X, detalha somente regras para a prática de exames finais e parciais, contudo, o capítulo VIII, ao descrever sobre a gravidade das faltas cometidas pelos alunos e suas penas, no artigo 50º, revela um pequeno indício da realização de avaliações no decorrer do ano letivo:

Os alunos matriculados nas escolas de ensino primário ficarão sujeitos às seguintes penas, cuja aplicação será determinada pelo prudente arbítrio dos professores, conforme a gravidade das faltas, [...] más notas nos boletins quinzenais, que devem os professores dirigir aos pais, tutores, curadores, etc.

(PARANÁ, 1901, p. 97)

Em complemento ao disposto anteriormente, no ano de 1903, o primeiro Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná, em seu artigo 54º, orientava que: “Além dos exames finais, os professores sujeitarão seus alunos a outros extraordinários, em qualquer época do ano, para verificação de seu aproveitamento.” (PARANÁ, 1903, p. 98). Esta orientação torna oficial a prática de exames extraordinários e abre caminho para reflexões sobre ações tomadas por professores que faziam a diferença, em uma época de grande ascensão da escola pública.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

5

Demoraria algum tempo para que a avaliação se tornasse uma atividade habitual nas escolas primárias do Paraná, contudo, a existência de boletins de notas quinzenais e posteriormente a formalização dos exames extraordinários, ao que tudo indica, levaram os professores a uma forma de controle e de acompanhamento individual da aprendizagem dos alunos. As avaliações extraordinárias e as práticas de acompanhamento da aprendizagem dos alunos, realizadas por alguns professores no decorrer do ano letivo, foram oportunas para que fossem seguidas as determinações oficiais, ou seja, encaminhando aos exames somente os alunos que estavam aptos a progredirem.

Com o Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná de 1909, o professor da cadeira passa a ser considerado examinador nato. Se um distrito contivesse um grande número de escolas, o inspetor poderia reunir os alunos de duas ou mais escolas em uma só, e assim a banca examinadora poderia ser a mesma para todas as turmas, com exceção do examinador nato, que seria para cada uma, o respectivo professor. A chamada dos alunos, no dia do exame seria realizada por meio de uma lista preparada pelo professor da turma. Assim, o professor deveria encaminhar ao inspetor do distrito, com antecedência, uma relação contendo o nome somente dos alunos aptos a realizarem os exames parciais e finais.

Neste contexto, se faz necessário destacar que os exames finais eram seções abertas ao público, celebrados com muita pompa e, em estilo de solenidade, eram conduzidos por meio de inspetores e pessoas de grande destaque na sociedade. Ao longo do período estudado, os exames foram utilizados como instrumentos simbólicos para propagar a importância da escola pública no meio popular, sendo possível a premiação dos alunos que mais se distinguiram nos grupos. Ainda, o governo poderia premiar os alunos que se destacassem dos demais e os professores que aprovassem pelo menos 80% de seus alunos em dois anos consecutivos.

Em 1915, o Código do Ensino do Estado do Paraná destaca a importância da participação do professor no processo de exame quando prescreve que os inspetores, ao nomearem as comissões examinadoras compostas por duas pessoas idôneas, devem dar preferência à escolha de professores. Além desse fato, o referido Código prescreve que, com relação à prova oral, a respeito de cada matéria do programa, uma arguição geral seria feita pelo professor da classe, seguida por arguições particularizadas, feitas pelos examinadores.

O Regimento Interno do Grupo Escolar Modelo (1917) prescreve que as comissões examinadoras devem ser compostas do diretor como presidente; de dois professores das

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

6

classes examinadas; de dois professores das classes imediatas e de duas pessoas idôneas estranhas ao instituto. Essa determinação privilegia a participação mais ativa dos professores, agora aumentada para quatro membros nas bancas de exames. Cabe aqui destacar que os fatos descritos deixam marcas da valorização do professor no processo de avaliação do aluno, papel que ganhou força e destaque em suas constantes participações nos exames parciais e finais e por suas iniciativas de avaliações aplicadas no decorrer do ano letivo e que foram registradas e comunicadas em relatórios de inspeção e em revistas pedagógicas.

Em relação aos exames parciais e finais, prescritos no Código de Ensino de 1915 como provas práticas, escritas e orais aplicadas a cada matéria do programa, chama-nos atenção o fato que no Regimento de 1917, passam a ser escritos os exames de ditado, composição e matemática; práticos, os de caligrafia e de desenho; e orais, os das outras matérias. Embora os exames apresentassem um forte caráter classificatório e regulatório, os exames aperfeiçoaram as práticas adotadas por professores, assim como a forma de classificação dos alunos em séries, e ao mesmo tempo tornaram-se mecanismo de exposição social e prestígio.

Cecílio (2015) relata que no início do século XX já era possível observar a prática de três tipos de avaliações, classificadas como esferas avaliativas por Fernandes e Freitas (2007): (1) a avaliação da aprendizagem do aluno (que ocorre na escola); (2) a avaliação da instituição como um todo (protagonismo do coletivo de profissionais); e (3) a avaliação do sistema escolar (responsabilidade do poder público). Contudo, o presente trabalho dará ênfase à reconstrução da cultura escolar na perspectiva da avaliação da aprendizagem do aluno.

Assim, o presente estudo busca realizar uma análise que exige um olhar atento para os processos utilizados pelos professores, seja na regularidade na qual estes ocorriam, nas estratégias, modos e meios utilizados pelos professores e nos livros e manuais didáticos que poderiam auxiliá-lo no como fazer.

Julia (2001, p. 13), ao buscar compreender o que ocorreu nesse espaço particular, utiliza uma metáfora aeronáutica, “estamos tentando abrir a ‘caixa preta’ da escola”, isto é, objetiva desvendar os meandros do cotidiano que antecederiam aos exames e as práticas avaliativas, assunto que será tratado no próximo tópico.

EXAMES

As revistas pedagógicas, os manuais de ensino e os livros didáticos são documentos de grande relevância para a História da Educação. Neles podem-se apreciar os discursos legislativos, as práticas pedagógicas, os principais problemas educacionais daquele tempo e as experiências vividas que foram narradas pelos atores dessa história. Assim, as narrativas produzidas trazem traços de apropriações deixadas no campo das práticas pedagógicas, em especial as práticas realizadas por professores.

A trajetória de pesquisa sobre a disciplina e a cultura escolares, notadamente a avaliação da matemática escolar, não se restringe às fontes documentais oficiais. Segundo Chervel (1990, p. 191), “O estudo das finalidades não pode, [...] abstrair os ensinamentos reais. Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, e utilizar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica”. Assim, entendemos este segundo plano como uma teia de significados, onde são escritas e reescritas as práticas, indo muito além das orientações oficiais.

Neste contexto, entendemos que se faz necessária e oportuna a investigação da influência que os modos e métodos de ensino e os livros didáticos exerciam sobre as práticas avaliativas, assim como o posicionamento e as práticas dos professores, os quais desfrutavam de grande destaque social naquela época.

Em 1916, o Programa de Ensino, à primeira vista, trazia marcas de um modelo caracterizado por forte padronização do processo educacional, pois apresentava quadros descritivos dos dias e horários nos quais os conteúdos deveriam ser trabalhados nos institutos de educação e enfatizava que “Nenhum professor estava autorizado a deixar de observar os programas, ou alterar na sua escola, qualquer parte do horário respectivo [...]” (p. 1). Contudo, o quadro referente aos dias e horários da terceira série trazia a recomendação de que nas quartas ou sábados poderia ser feita uma “Recapitulação de matéria previamente escolhida pelo professor, a fim de serem dadas as notas de aproveitamento que serão tomadas em consideração, nos exames” (PARANÁ, 1916, p. 22).

O programa prescrito também considerava a possibilidade de que nos últimos trinta dias letivos, se o professor entendesse necessário, poderia alterar a ordem e a duração das lições, com o objetivo de melhor preparar os alunos para os exames.

De fato, o documento trazia uma abordagem aparentemente inflexível de como o programa deveria ser encaminhado, contudo, recomendava a recapitulação da matéria, e também, se necessário, a alteração da ordem da matéria, em ocasião próxima aos exames parciais e finais, dando ao professor um pouco de liberdade na forma de conduzir partes de suas aulas.

Relativo aos exames e ao grau de aproveitamento dos alunos, além dos exames extraordinários, que poderiam ser aplicados em qualquer época do ano para a verificação do grau de aproveitamento dos alunos, o Código do Ensino prescreve a possibilidade de aplicação de exames extraordinários de promoção, que poderiam ser aplicados, no mês de junho, aos alunos que se revelassem bem preparados nas matérias das séries em que estavam matriculados (PARANÁ, 1915, p. 98).

A prescrição da possibilidade de aplicar exames extraordinários em qualquer época do ano, além dos exames extraordinários de promoção no mês de junho, assim como a participação do professor como examinador nato nos exames parciais e finais foram fatos significativos para que os professores ganhassem prestígio e, de certa forma, autonomia individual e coletiva para criarem alternativas que buscassem aferir o conhecimento e solucionar as dificuldades apresentadas pelos alunos, e isso, por sua vez, acabou fornecendo subsídios aos professores para reorientarem suas práticas de aulas.

Assim, a resposta de algumas questões nos levarão a entender melhor o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos no período estudado: Quais os tipos de intervenção eram realizados pelas professoras e professores? Havia uma preocupação com a forma de registrar os avanços que os alunos apresentavam em classe? De que forma eram realizadas essas anotações parciais? Existia algum tipo de documento que oficializava esses registros? Qual o papel do livro didático nas práticas de professores e na avaliação da aprendizagem?

Vestígios do que foi concebido como práticas na trajetória da avaliação da aprendizagem dos alunos podem ser encontrados na revista *A Escola*, um dos mais importantes instrumentos de divulgação das determinações do Ministério da Instrução Pública e das práticas adotadas pelos grupos escolares e por professores. Julia Wanderley Petrich, regente da 1ª Cadeira para o Sexo Feminino da Capital, relata, em quase oito páginas, os principais acontecimentos ocorridos durante o ano letivo de 1905, num relatório publicado em janeiro de 1906 pela revista *A Escola* (ano I, n. 1). Nele é possível encontrar fragmentos do ideal de conduta de um professor, práticas mais eficientes para um determinado tipo de

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

9

turma, formas de acompanhamento da aprendizagem e de preparação do aluno para os exames parciais e finais.

Frente à exposição da professora, primeiramente, destacam-se preocupações com as impressões que as crianças recebem no lar e na escola, pois essas exercem decisiva influência sobre os seus destinos na sociedade. Além disso, Julia Wanderley destaca que a paciência, a pontualidade e o zelo, assim como a bondade e a afeição pelos alunos devem ser as principais características do mestre que tem claro o seu dever.

Ao relatar sobre a frequência dos alunos, a professora revela, ao que tudo indica, uma preocupação em registrar, não somente a presença e a nota, mas também a aplicação e o comportamento de cada aluno, em um livro especial. Nas palavras de Julia Wanderley: “Em um livro especial faço diariamente as necessárias anotações sobre cada aluna, marcando as faltas, escriturando as notas e fazendo outras observações sobre a aplicação e o comportamento de cada uma” (PETRICH, 1906, p. 21).

Marcas da existência de um documento oficial, próprio para o registro de notas diárias de cada aluno, podem ser verificadas no artigo 70º do Código do Ensino do Estado do Paraná: “Em cada escola haverá os seguintes livros [...] um para matrícula; um para o ponto dos alunos, com as respectivas notas diárias; e um para termos de vistas e exames e [...]” (PARANÁ, 1915, p. 19). Ainda no que se refere ao cumprimento do programa escolar, relata que dos seis dias úteis da semana, a quinta-feira destinava-se à confecção de prendas domésticas, conforme determinação do inspetor escolar da capital, e o sábado destinava-se à recapitulação de todas as matérias explicadas durante a semana. A professora descreve que, mesmo adotando o modo simultâneo², por ser o único vantajoso quando aplicado em um grande número de alunos com mais ou menos o mesmo grau de adiantamento, sente a necessidade de adotar o modo misto³ aos sábados, a fim de realizar uma revisão geral de todas as matérias estudadas durante a semana.

Neste contexto, a professora Julia ainda destaca que todo professor prudente e experiente, embora ministrando conhecimentos para uma classe inteira, deve, ao mesmo tempo, ir ao encontro de cada aluno, para melhor instruí-lo.

² Consiste em ensinar ao mesmo tempo uma classe toda de alunos com o mesmo desenvolvimento mental. (PILOTTO, 1926, p.7).

³ É a combinação do modo individual e simultâneo. Quando se adota a forma mista (expositiva/interrogativa) pode-se dizer que se está seguindo o modo misto, porque o professor explica a todos os alunos e exige respostas de um (PILOTTO, 1926, p. 7).

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

10

Terminadas as considerações sobre o cumprimento dos programas, Julia Wanderley escreve sobre suas práticas de aula e como realizava o controle do nível de aprendizagem dos alunos. A professora relata que, tendo em vista o grande número de alunas que frequentavam suas aulas, empregava o modo simultâneo na regência da cadeira, dividindo as alunas em duas grandes classes: a primeira classe, composta das mais atrasadas, dividida em duas seções, e a segunda, das mais adiantadas, também dividida em duas seções, sendo a primeira das mais atrasadas e a segunda das mais adiantadas. Assim, a professora relata que ministrava simultaneamente o ensino das diferentes matérias do respectivo programa escolar, dirigindo-se muitas vezes a cada aluna separadamente, a fim de verificar se realmente havia alcançado o aproveitamento desejado. Neste contexto, tudo indica, que as práticas de avaliações processuais já eram sinalizadas, não em um contexto de atribuição de notas, mas sim, em aferir o quanto cada aluno estava aprendendo e prepara-lo melhor para os exames finais e parciais que ocorriam no final de cada ano letivo.

Para melhor aproveitamento das aulas, a professora Julia adotava o serviço de assistência pelas alunas mais adiantadas, as quais eram nomeadas de monitoras, para auxiliá-la nas revisões, colocando em prática a possibilidade de o professor aproveitar, para lhe auxiliar, as alunas que se destacavam por sua inteligência, estudo e comportamento, metodologia prevista no primeiro Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Para Chervel (1990):

A inversão momentânea dos papéis entre o professor e o aluno constitui o elemento fundamental desse interminável diálogo de gerações que se opera no interior da escola. Sem o exercício e o seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. O sucesso das disciplinas depende fundamentalmente da qualidade dos exercícios aos quais elas podem se prestar. De fato, se chama de exercícios toda atividade do aluno observável pelo mestre [...].

(CHERVEL, 1990, p. 204)

Ao evidenciar a importância da frase do eminente Montaigne, “saber de cor não é saber”, Julia Wanderley sublinha que procura ministrar suas aulas de forma verdadeira e sólida, aproximando o máximo possível a vida escolar da vida real. Prática prevista no regulamento em vigor “dar ao ensino o caráter essencialmente prático, tendo sempre em vista as aplicações às necessidades da vida e à utilidade direta (PARANÁ, 1901, p. 101).

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

11

Corroborando este pensamento, após a proposição de alguns exercícios, Laisant, no livro didático *Iniciação Matemática*, destaca: “Em todos estes diferentes casos, nada adiantaria avaliar, se não possuíssemos a noção do que seja um bago de trigo, um tento, uma árvore, um carneiro, um palito” (LAISANT, 1919, p. 41). Percebe-se que o autor, nos exercícios propostos em suas obras, procura estabelecer um diálogo com o professor, instruindo-o no como fazer: “Exemplos análogos podemos apresentar tanto quanto quisermos, [...] por forma que o aluno se familiarize infinitamente com esta noção de relação, que é a base de todas as contas [...], e assim a ideia de relação incrustar-se-ha no seu espirito [...]” (LAISANT, 1919, p. 42).

Antônio Trajano, em *Arithmetica Primaria*, inicia seu livro conscientizando o professorado de que sua obra prestará grande auxílio às escolas primárias, poupando trabalho e tempo aos professores, e fazendo-os obter grande resultado no ensino da matemática. Destaca também a necessidade de utilizarem obras que visem grandes resultados no aprendizado dos alunos, pois alguns, “depois de estudarem e repetirem todo o compendio, sahem da escola não sabendo resolver os mais simples problemas da vida domestica [...] então reconhecem [...] como foi imprestável o ensino que receberam na escola [...] o mal principia pelos próprios livros usados na escola”.

Acreditando que os livros didáticos são instrumentos que moldam e direcionam os professores em seus exercícios pedagógicos, fomos buscar vestígios de práticas de questionamento e atividade orais, as quais os professores pudessem usar como modelo, de forma a reconstruirmos as técnicas que preparavam os alunos para os exames orais e escritos.

Ao tratar da influência da Renascença e da Revolução Francesa sobre a Instrução Pública, a revista *A Escola* destaca: “os livros que até então estavam sujeitos à censura do governo tiveram liberdade de serem publicados” e “os enciclopedistas tomaram para si a tarefa de educar a mocidade” (A ESCOLA, 1907, n. 10, p. 168).

Esther Ferreira, autora do artigo “Curso de Pedagogia”, publicado na revista *A Escola* (n. 7, ago. 1906), ao tratar de métodos de ensino, descreve o de Investigação ou de Sócrates como indispensável à escola primária. Na prática, a atividade consistia em perguntas e respostas acerca da lição do dia, e ao empregar esse método, o professor aplicava-o de acordo com o grau de adiantamento do aluno e da matéria estudada.

O livro didático *Primeira Arithmetica para Meninos*, de José Theodoro de Souza Lobo (1901), obra que circulou no estado do Paraná e que foi indicada no Programa de

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

12

Ensino e sua execução nos institutos públicos do ensino primário de 1916, reúne indicações para a prática diária de perguntas (questionários) e de exercícios orais que versam sobre a parte teórica e prática do conteúdo ensinado:

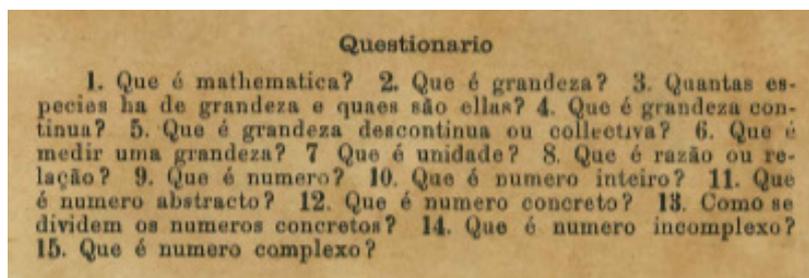


Figura 1: Exemplo de questionário para o estudo de Números Inteiros
Fonte: Lobo (1901, p.2)

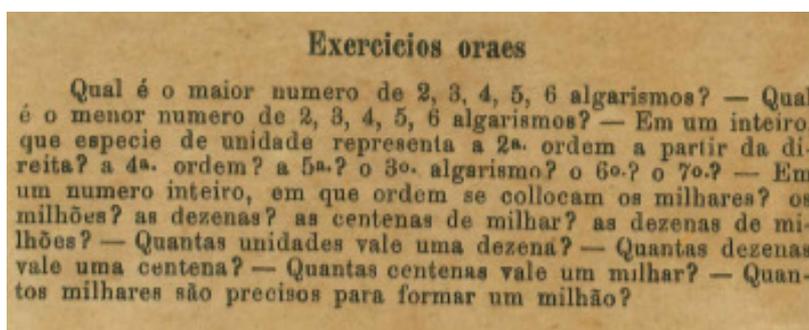


Figura 2: Propostas de exercícios orais para o estudo de Números Inteiros
Fonte: Lobo (1901, p. 10)

Assim, em meio aos elementos apresentados, tudo indica que as práticas de exames orais eram espelho de um cotidiano escolar repleto de questionamentos em suas práticas, constituindo a forma ideal, para a época, de uma metodologia de avaliação da aprendizagem do aluno durante o ano letivo.

Na revista *A Escola*, publicada em maio de 1906, Lourenço A. de Souza, regente da 3ª Cadeira para o Sexo Masculino da Capital, adverte que os principais problemas enfrentados por professores, ao final do ano letivo, eram apresentar a prova de que cumpriram ou deixaram de cumprir com seus deveres, sendo eles: a irregularidade da frequência, a falta de dedicação e de amor que os alunos apresentavam com relação aos estudos e, ainda, a facilidade com que os alunos se retiram de uma escola e passam a frequentar outra, sem motivo justo ou razoável. Na mesma publicação relata também a necessidade de receber, entre outros materiais, boletins de aproveitamento mensais dos alunos, reforçando a prática de avaliações no decorrer do ano letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu uma incursão histórica nas práticas pedagógicas adotadas por professores que, tudo indica, tinham como objetivo preparar o aluno para os exames parciais e finais.

Notou-se, por parte dos professores, uma preocupação em anotar, não somente a presença e as notas diárias, mas também a aplicação e o comportamento de cada aluno em um livro especial. Ainda havia a nítida preocupação com os modos de ensino e a prática de recapitulação de todas as matérias explicadas durante a semana. A prática de recapitulação ocorria às quartas ou sábados, de acordo com recomendação local vigente, evidenciando a busca por práticas alternativas com o objetivo de melhor preparar os alunos para os exames. Desta forma, a pesquisa mostrou que os professores, no que se refere às suas práticas, estavam em sintonia com o prescrito na legislação.

A pesquisa mostrou que monitores poderiam e eram usados para garantir a prática de ir ao encontro de cada aluno, para que os professores pudessem melhor instruí-los. A liberdade e a autonomia do professorado na escolha de monitores, a liberdade de alterar a ordem e duração das lições nas datas próximas aos exames, a implementação de práticas de exames extraordinários, em qualquer época do ano, e exames extraordinários de promoção também no mês de junho, mostraram-se medidas que visavam contemplar a preparação do aluno para os exames parciais e finais e contribuíam de forma significativa para aferir o aprendizado do aluno durante o processo de ensino.

O que se pode observar, no que tange à organização e atividades apresentadas nos livros didáticos estudados, é que havia uma preocupação em realizar um aconselhamento ao professorado, assim como traçar para o professor uma sequência didática de forma a conduzi-lo em suas práticas pedagógicas. Repletos de exemplos essencialmente práticos, questionamentos e exercícios orais, os livros didáticos estudados tinham o papel de instruir o professor em como fazer, visando grandes resultados pedagógicos para o professor e melhor aprendizado para o aluno.

Para Pinto (2012, p. 72), “ao cumprir e pôr em circulação sua taxonomia avaliativa, a escola se vale de formas possíveis para se apropriar de muitos dizeres codificados nos dispositivos legais e no ideário pedagógico de um momento histórico. Nesse embate, ao

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

14

construir sua realidade existencial, produz respostas singulares às finalidades da educação que professa”.

Para o presente estudo, admite-se a necessidade de continuidade, assim como a realização de análises que considerem outros tipos de fontes, no sentido de contribuir para uma reflexão sobre os processos de avaliação da aprendizagem do aluno no ensino primário no Paraná.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 1, fev. 1906, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116188>>.

_____. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 4, maio 1906, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116190>>.

_____. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 7, ago. 1906, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116193>>.

_____. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano II, n. 10, out./dez. 1907, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123680>>.

CECÍLIO, Waléria A. G. *Práticas de avaliação e a legislação para o ensino primário no Paraná*. Belém: CIHEM, 2015.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. *Indagações sobre currículo: currículo e avaliação*. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 44 p.

FRANÇA, D. M. de A.; VILLELA, L. M. A. Os muitos “Rios” num esboço do Ensino da matemática. In: COSTA, D. A. da; VALENTE, W. R. (Orgs.). *Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* São Paulo: Livraria da Física, 2014. p. 123-148.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SBHE/Autores Associados, n. 1, p. 9-43, 2001.

LAISANT, Charles. *Iniciação Matemática*. Lisboa: Guimarães e & C.A. Editores, 1919. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135725>>

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

15

PARANÁ. *Código do Ensino do Estado do Paraná*. 1915. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99744>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. *Programa de Ensino e sua execução nos institutos públicos do curso primários*. 1916. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123959>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. *Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná*. 1903. Disponível em: Arquivo Público do Paraná.

_____. *Regimento Interno do Grupo Escolar Modelo*. 1917. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117115>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. *Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná*. 1901. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123700>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. *Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná*, 1909. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99855>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. *Relatório do Inspetor Geral de Ensino*. 1920. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99764>> Acesso em: 20 dez. 2015.

LOBO, José Theodoro de Souza. *Primeira Arithmetica para meninos*. Porto Alegre, 1901. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104080>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PETRICH, Julia Wanderley. Relatórios. A ESCOLA. *Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná*, ano I, n. 1, p. 17-25, fevereiro, 1906, PR. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116188>>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

PILOTTO, Oswaldo. *Methodologia da Arithmetica*, 1926. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127309>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PINTO, Neuza Bertoni. Cultura escolar e práticas avaliativas. In: VALENTE, Wagner Rodrigues; FISCHER, Maria Cecília Bueno; SOARES, Maria Tereza Carneiro; PINTO, Neuza Bertoni; BURIASCO, Regina Luzia Corio (Orgs.). *Avaliação em matemática: história e perspectivas atuais*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

TRAJANO, Antonio. *Arithmetica Primária*. 79. ed. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134101>> Acesso em: 15 jan. 2016.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Apontamentos para uma história da avaliação escolar em matemática. In: VALENTE, Wagner Rodrigues; FISCHER, Maria Cecília Bueno;

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

16

SOARES, Maria Tereza Carneiro; PINTO, Neuza Bertoni; BURIASCO, Regina Luzia Corio (Orgs.). *Avaliação em matemática: história e perspectivas atuais*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012.